

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
Cumprimento de sentença - esgotamento sanitário no município de
Cunhataí

Autos n. 5000032-64.2018.8.24.0059

PA n. 09.2021.00004256-8

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**, CNPJ 01.612.116/0001-44, neste ato representado pelo prefeito Luciano Franz, doravante denominado *compromissário* :

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), na Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina) e na Lei n. 7.47/85 (Lei da Ação Civil Pública), bem como as atribuições da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó para, em âmbito regional (Ato nº 307/2021/CPJ);

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, no dia 21/10/99, foi institucionalizado o Programa Água Limpa, firmando-se Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, a Fundação do Meio Ambiente, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis, com o objetivo de contribuir para a preservação dos mananciais do Estado e reverter os quadros de degradação constatados;

CONSIDERANDO que, em 9 de setembro de 2004, foi instaurado Inquérito Civil, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de apurar responsabilidades em face do baixo índice de saneamento básico nos municípios catarinenses e buscar, numa ação conjunta e solidária com os órgãos do poder público, do Ministério Público e da sociedade em geral, a melhoria desse quadro;

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica, assinado em 17 de novembro de 2005, na Procuradoria-Geral de Justiça, cujo objeto visa a articulação entre os órgãos signatários e o estabelecimento de ações integradas que possibilitem, dentro de um horizonte factível, elevar a patamares plausíveis o atual índice de atendimento à população urbana do Estado de Santa Catarina com serviços adequados de esgoto;

CONSIDERANDO que, embora a bacia hidrográfica deva ser considerada como unidade de planejamento, racionalizando as relações e ações dos diversos usuários e dos atores das áreas de saneamento, recursos hídricos e preservação ambiental, é essencial que cada município estruture-se na implantação da sua política municipal para, em um segundo momento, atingir-se o objetivo maior do planejamento regional por bacia hidrográfica;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 11.445/2007 exige a edição de Planos de Saneamento Básico pelos titulares da prestação do serviço (art. 19);

CONSIDERANDO que, conforme as diretrizes do Decreto n.º 7.217/2010 o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto, elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação das associações representativas e da ampla participação da população e de associações representativas de vários segmentos da sociedade, como previsto na Lei no 10.257/01 (Estatuto da Cidade);

CONSIDERANDO que o lançamento inadequado do esgoto no

meio ambiente, seja por responsabilidade pública ou privada, implica no crime de poluição (art. 54, inc. VI da Lei n. 9.605/98), podendo ser responsabilizados, por ação ou omissão, além de particulares, também os agentes públicos a uma pena de um a cinco anos de reclusão, podendo recair sobre estes, também, a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inc. II da Lei n.º 8.429/92;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 3º, I, da Lei n. 11.445/2007, o saneamento básico consiste no conjunto de serviços, de infraestruturas e de instalações operacionais de abastecimento de água potável; de esgotamento sanitário; de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; de drenagem e de manejo das águas pluviais, de limpeza e de fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas;

CONSIDERANDO que o esgotamento sanitário compreende as atividades, as infraestruturas e as instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente (art. 3º, I, b, da Lei n. 11.445/2007);

CONSIDERANDO que o tratamento de efluentes constitui medida indispensável para a proteção e a conservação do meio ambiente equilibrado, bem como para a defesa da saúde da população, visto que a melhoria das condições sanitárias locais repercute na preservação dos recursos hídricos, na eliminação de focos de poluição e na contaminação, na redução de doenças provenientes da água contaminada por dejetos, dentre outros benefícios;

CONSIDERANDO que as soluções para o tratamento de efluentes podem ser coletivas ou individuais, sendo as individuais aquelas que atendam a "apenas uma unidade de consumo" (art. 2º, XXV, do Decreto n. 7.217/2010), vale dizer, instalação do sistema de fossa séptica;

CONSIDERANDO que o serviço de manutenção e limpeza das fossas sépticas residenciais deve ser prestado por empresa especializada e devidamente licenciada, tornando-se indispensáveis equipamentos e ferramentas

adequadas para fazer a sucção dos dejetos orgânicos. A atividade deverá ser fiscalizada, atendendo as diretrizes expedidas pelas entidade reguladora e ambiental competentes (Pesquisa 39/2019, Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Ministério Público do Estado de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que todas as edificações urbanas deverão, obrigatoriamente, conectar-se às redes públicas de esgotamento sanitário, admitindo-se a adoção de soluções individuais somente nos casos de inexistência de rede pública de tratamento de efluentes;

CONSIDERANDO que nos autos da ação civil pública n. 0001848-84.2009.8.24.0059 obteve-se a parcial procedência dos pedidos, condenando-se o município à implementação do saneamento básico no prazo de 6 meses, sob pena do descumprimento caracterizar ato de improbidade administrativa; o comando da sentença assim ficou redigido: "o Município de Cunhataí adote as providências necessárias no sentido de proporcionar saneamento básico na localidade, devendo implementar tais medidas no prazo de 6 meses, sob pena de, caracterizado o desrespeito à ordem judicial, restar configurada a prática de improbidade administrativa".

CONSIDERANDO que a obrigação não foi cumprida e nos autos do cumprimento de sentença n. 5000032-64.2018.8.24.0059 apurou-se que no município de Cunhataí apenas 52,86% das residências estão adaptadas com sistema hidrossanitário individual (fossa séptica, filtro e sumidouro) e que no município não há rede pública de tratamento de efluentes;

CONSIDERANDO que no Município de Cunhataí a Lei n. 967/2020 instituiu como sistema de esgotamento sanitário público as soluções individuais de esgotamento sanitário e estabeleceu o programa municipal de esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO, por fim, que as alterações da Lei nº11.445/2007, que passou a prever como meta de universalização o atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

OBJETO

Cláusula 1ª – O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por objeto obter o cumprimento da sentença proferida na ACP nº 0001848-84.2009.8.24.0059, em prazo razoável.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ

NOTIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DOS SISTEMAS INDIVIDUAIS DE ESGOTO

Cláusula 2ª – No prazo de 30 dias da assinatura do presente, o município de Cunhataí comprovará ao Ministério Público a notificação de todos os proprietários de edificações urbanas onde não seja ofertada coleta coletiva de esgoto para construção do sistema individual de tratamento de esgoto;

Parágrafo primeiro – A notificação determinará a construção do sistema individual de tratamento de esgoto no prazo de 6 meses, de acordo com as normas técnicas aplicáveis, e prever aplicação de multa aos munícipes, efetivada pelo município, na forma da legislação municipal; a notificação deverá prever também que, em caso de desobediência, o Ministério Público será informado para as providências criminais cabíveis;

Parágrafo segundo – O sistema individual de tratamento de esgoto deverá observar o projeto padrão fornecido pelo Município (artigo 4º, §1º, da Lei Municipal n. 967/2020) e as normas técnicas em vigor, e deverá ser dimensionado para cada edificação;

Cláusula 3ª – Em 9 meses a contar da assinatura do presente, o

Município de Cunhataí comprovará ao Ministério Público a aplicação da multa prevista, mediante regular processo administrativo, a todos os proprietários que desobedecerem a notificação expedida;

Cláusula 4ª - No prazo de 11 meses a contar da assinatura do presente, o Município comprovará ao Ministério Público a execução do sistema individual pelo município nas unidades recalcitrantes, o lançamento dos custos em dívida ativa e o protesto do título; a execução da dívida deverá ser protocolizada no Judiciário em até 90 dias da constituição do crédito;

Cláusula 5ª – Ao final do prazo de um ano a contar da assinatura do presente, o município de Cunhataí comprovará ao Ministério Público, a execução do sistema individual em todas as edificações urbanas;

SISTEMA DE LIMPA-FOSSAS

Cláusula 6ª – Até 1º de fevereiro de 2022, o Município de Cunhataí comprovará ao Ministério Público a contratação de prestador de serviço de limpa-fossa, mediante a contratação de empresa habilitada e licenciada, com a destinação adequada dos resíduos e efluentes para estação de tratamento licenciada;

Cláusula 7ª - A partir de 1º de fevereiro de 2022, o Município de Cunhataí passará a realizar, em periodicidade mínima anual, a limpeza das fossas dos sistemas individuais de tratamento de esgoto de sua área urbana, cobrando, para tanto, o preço público devido ao proprietário responsável;

OBRIGAÇÕES GERAIS

Cláusula 8ª - No cumprimento deste TAC, as partes procederão de acordo com a boa-fé, os princípios de direito e a legislação em vigor, notadamente a legislação municipal, estadual e federal, os atos normativos da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, e a Lei nº 11.445/2007;

Cláusula 9ª - Este TAC não exonera o Município do cumprimento

das demais obrigações legais e regulamentares relativas ao seu objeto, nem tampouco das metas de universalização previstas na legislação em vigor, em especial na Lei nº 11.445/2007;

Cláusula 10ª - Os prazos estabelecidos neste TAC não são prorrogáveis e não permitem suspensões, tendo em vista tratar-se de obrigação decorrente de sentença transitada em julgado;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 11ª – Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00, em caso de descumprimento injustificado das cláusulas anteriores; a multa será de R\$ 20.000,00 por ocorrência, em caso de descumprimento que não possa ser calculado em dias;

Parágrafo primeiro – As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo – O pagamento de eventual multa não exime o compromissário de dar cumprimento à obrigação contraída;

Cláusula 12ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura. O Ministério Público peticionará nos autos requerendo a homologação judicial e a extinção da execução.

Chapecó, 27 de setembro de 2021

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Luciano Franz
Prefeito

Bruna Jaqueline Bankow Ebeling
Assessora Jurídica
OAB/SC 38.959